

Revista

FEBASE

Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes; Viriato Baptista

Ano II
N.º 12
1,50 €
Abril de 2011

Director: Delmiro Carreira



UFI finance em Portugal
contra economia de casino

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Sector Financeiro
NIF 508618029

Correio electrónico:
revista.febase@gmail.com

Director:
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Pereira Gomes – SBN
Viriato Baptista – SBSI

Conselho editorial:
Cristina Damião – SBSI
Firmino Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redacção e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Actualidade



O futuro já começou 4
Sindicalistas de todo o Mundo exigem um sistema financeiro justo 6

Rui Riso: "Defender os interesses de todos os trabalhadores" 6

Delmiro Carreira despede-se 8

Participação é a nova palavra de ordem da UNI-Finanças Europa 8

Sim à negociação colectiva, não ao capitalismo de casino 9

Helena André apela à capacidade de adaptação dos parceiros sociais 10

Assim vai o sector financeiro no Mundo 12

Sketch
Esta vida de bancário 14

UGT preocupada com ajuda externa 15

CONTRATAÇÃO | Banca
Administração da CGD explica proposta de cortes salariais 15

CONTRATAÇÃO | Seguros
Negociação colectiva na actividade seguradora 16

Negociação colectiva no Hospital da CUF - Infante Santo 16

JURÍDICAS | Questões
O uso do correio electrónico no local de trabalho 17



18
| STAS Actividade Seguradora



21
| Bancários Sul e Ilhas



24
| Bancários Norte



27
| Bancários Centro



Texto: **PEREIRA GOMES**

Sinais de esperança

O facto de o Presidente da República ter dissolvido a Assembleia da República e decidido convocar eleições legislativas intercalares dá sinais de esperança para novos rumos com que o nosso País poderá vir a defrontar as vagas da crise que parecem ser intermináveis.

Nos palcos políticos, não é caso raro a comprovação de que novos actores dêem lugares a novas políticas, que invertam, pela positiva, os rumos errantes vividos em determinados tempos.

Ainda há bem pouco tempo tivemos entre nós a dupla Lula - Dilma. Quando o sindicalista chegou ao poder, aquele país-continente estava social e economicamente desarticulado, com um povo sem auto-estima, altamente dependente do exterior. Cerca de dez anos volvidos, é a oitava economia do Mundo, está praticamente independente das energias fósseis e até se propõe comprar parte considerável da dívida soberana portuguesa! O que mudou? Os políticos, com certeza. E as políticas, certamente.

Sendo nós eleitos representantes de estruturas sindicais, não nos podemos alhear do facto de, em Portugal, se ter vindo a assistir, nos últimos anos, a uma escalada do aumento da taxa do desemprego.

Por outro lado, as notícias veiculadas todos os dias pela comunicação social acabam por banalizar o assunto, sendo desvalorizada a realidade social e económica subjacente e não reflectindo os problemas humanos – pessoais e familiares. Sim, é que a frieza dos números das estatísticas

oficiais não revela os dramas que muitos portugueses sofrem com este flagelo.

O que é mais preocupante é que a contínua subida da taxa de desemprego vai continuar a trazer implicações sociais cada vez mais graves, uma vez que a estrutura do desemprego está a sofrer alterações importantes, que merecem ser analisadas pelos detentores dos cargos políticos e que devem ser motivo de preocupação.

Desde logo, o desemprego de longa duração levanta problemas de desânimo e de desinteresse por parte dos trabalhadores que procuram novo emprego e que não o encontram. O perfil destes desempregados é o de pessoas com pouca formação académica e com poucos conhecimentos técnicos.

Por outro lado, os jovens são as principais vítimas das políticas económicas dos últimos anos. Analisando as estatísticas publicadas, verifica-se que, em 2007, a taxa de desemprego entre os 15 e os 24 anos era de 16,1%. Actualmente, é cinco pontos percentuais superior, estimando-se que no final deste ano continue elevada – 20,9%, nas previsões do INE – mais do dobro da taxa que se verifica entre os adultos com mais de 25 anos.

Ora, não pode haver crescimento económico em Portugal quando há uma taxa de desemprego tão elevada neste escalão etário, pondo mesmo em causa o adiamento do processo de qualificação da mão-de-obra disponível, tantas vezes divulgada pelas instâncias oficiais.

Esperamos que novas políticas tragam mais emprego, para bem do País e de todos os trabalhadores portugueses. ■

UNI Finanças reuniu-se em Portugal

O futuro já começou



TEXTO: ELSA ANDRADE

Não vale tudo, em nome do objectivo do sacrossanto lucro. Não é possível continuar a pressionar os trabalhadores do sector financeiro para que fechem os olhos à ética e impinjam aos clientes toda uma gama de produtos que eles não desejam nem servem os seus interesses. Isso mesmo defenderam três centenas de sindicalistas de todo o mundo, reunidos no Estoril. A Febase e os seus Sindicatos foram anfitriões das duas reuniões magnas: a conferência da UNI-Finanças Europa, dia 15 de Março, e a 3.ª conferência mundial, nos dois dias seguintes. Exigindo o fim do capitalismo de casino e o respeito pelos direitos da negociação colectiva, a organização sindical traçou a estratégia de resistência e luta para os próximos quatro anos. Edgardo Iozia é o homem forte, reeleito presidente da UNI-Finanças Europa e Mundial

Sindicalistas de todo o Mundo exigem um sistema financeiro justo

"Regresso ao futuro: novos caminho para um sistema financeiro justo". Sob a égide deste lema e durante três dias – no primeiro a nível europeu e nos seguintes numa dimensão mundial – representantes de 107 sindicatos filiados na UNI-Finanças, vindos de 58 países, analisaram a situação actual do sector, trocaram experiências e delinearam a estratégia da organização para forçar a mudança e fazer valer os interesses dos trabalhadores



Embora cumprindo calendário, ambas as conferências se realizaram num momento crucial: desde os anos 30 do século passado que o Mundo não vivia uma crise económica e social tão severa. No centro do turbilhão esteve e continua a estar o sistema financeiro, cuja desregulação e falta de supervisão possibilitou uma economia de casino que terminou em colapso.

Muitas foram então as vozes a reclamar o regresso a práticas éticas e a um controlo efectivo, mas pouco tem estado a ser feito nesse sentido, acusaram os sindicalistas durante os trabalhos. A UNI-Finanças exige um ponto final.

Especialmente afectados pela desregulação são os trabalhadores do sector financeiro e os consumidores, os dois vértices frágeis do triângulo. No lado oposto continua um sistema baseado na ganância, na especulação e na venda irresponsável e (quase) forçada de produtos financeiros.

"Romper barreiras"

"Romper barreiras não é apenas um plano escrito. Esta noção tem de ser levada à prática, pois significa que vamos fazer algo juntos", frisou Philip Jennings, secretário-

rio-geral da UNI, ao intervir na discussão do principal tema da Conferência. "As decisões são tomadas aqui – e quando vocês decidem algo eu tenho obrigação de levar essa decisão às mais altas instâncias", frisou.

A discussão centrou-se no planeamento estratégico do trabalho a desenvolver pela UNI-Finanças nos próximos quatro anos, analisando as prioridades estabelecidas e considerando a introdução de novas iniciativas.

Philip Jennings justificou a importância dos acordos globais como forma de defender os trabalhadores e reforçar o movimento sindical. "A economia é global, as empresas são globais. Temos de desenvolver acordos globais, pois sem eles não teremos poder. Não tenho dúvidas: o futuro é o sindicalismo internacional".

"A negociação colectiva está a ser alvo de um ataque. Há uma agenda global com o intuito de eliminar o que defendemos. Devemos pensar no impensável, porque os governos estão a fazê-lo: olhem para o pacote de estabilidade, que apenas corta nos custos unitários do trabalho", lembrou o secretário-geral da UNI.

No mesmo sentido apontam as conclusões sobre este ponto do programa da UNI-Finanças. "Não existem diferenças entre patrões, em toda a parte têm o mesmo perfil e o mesmo objectivo: lutar contra os sindicatos", observou Pia Desmet, relatora deste painel de discussão.

A moção, aprovada por unanimidade, salienta a necessidade de negociação de acordos-quadro e o objectivo de lutar pela

criação de uma agência de "rating" pública, na qual participem os sindicatos.

Entre os maiores problemas a enfrentar nos próximos quatro anos contam-se os paraísos fiscais, o papel negativo das agências de "rating", a desregulação do sistema financeiro e o recurso ao outsourcing.

"Questões de regulação, como outras, são muito importantes para nós, seja na Europa, na Índia ou na Coreia do Sul", frisou Pia Desmet, salientando a necessidade de os sindicatos levarem à prática o programa da organização.

Os sindicalistas da UNI debateram ainda o papel das multinacionais financeiras e as formas de travar a expansão do mínimo denominador comum, ou seja, a tentativa das multinacionais de se implantarem em cada vez mais países tendo como denominador comum as mais baixas condições de trabalho.

Mudar a globalização

O trabalho atípico foi outro tema em discussão na conferência mundial, referido como um problema transversal a nível mundial. O sector financeiro recorre a cada vez mais formas atípicas para substituir os vínculos permanentes: trabalho temporário, subcontratação, a termo, a tempo parcial. "Com a crise houve uma mudança para um tipo de trabalho cada vez mais precário", denunciou Rachel Oans, da UNI-Europa Finanças.

Segundo um inquérito recente revelado pela dirigente, 57% dos trabalhadores do

Reino Unido têm contratos atípicos, aos quais os empregadores recorrem cada vez com mais frequência para reduzir custos. "A crise está a servir de argumento para pressionar os trabalhadores, para quem estão a ser passados os riscos", referiu Rachel Oans, acrescentando que com os processos de reestruturação os trabalhadores perdem os vínculos permanentes e ficam numa situação de grande precariedade.

A maioria dos trabalhadores em situação precária não está organizada, não fazendo valer os seus direitos e acabando por exercer uma enorme pressão sobre os sindicatos e os trabalhadores com vínculo permanente.

Nesse sentido, a UNI discutiu a forma de os sindicatos organizarem a sua intervenção, abrangendo todos. "Temos de encontrar formas de defender estes trabalhadores", referiu Rachel Oans, salientando que no seu programa a UNI propõe, entre outros, o direito a alargamento da formação profissional a todos, independentemente do tipo de vínculo laboral.

Sistema financeiro justo

A necessidade um sistema financeiro justo e responsável, que respeite os trabalhadores e os consumidores, foi um dos temas que mais ocupou os delegados à conferência do Estoril. Considerado por muitos dos intervenientes como uma das causas da crise financeira que levou ao caos actual, o sistema de vendas esteve no centro do debate e foi alvo de duras críticas. ►

Rui Riso: "Defender os interesses de todos os trabalhadores"

Nos vários debates que marcaram os dois dias da conferência mundial da UNI pretendeu-se dar voz a delegados de diferentes países, de forma a que fosse possível relatar a multiplicidade de realidades do sector financeiro.

A análise sobre a situação nacional ficou a cargo de Rui Riso, presidente do Conselho de Gerência dos SAMS do SBSI, que defendeu uma acção dos sindicatos nacionais centrada "nos interesses de todos os trabalhadores do sector e não tanto nos da empresa X ou Y, tantas vezes visível na acção dos sindicatos de empresa".

Traçando o cenário comum ao sector em todo o Mundo, caracterizado por empresas centradas nos accionistas e que há muito deixaram de ter como objectivo os clientes e os trabalhadores, o dirigente sindical do SBSI criticou

a especulação, que vai já nos "negócios dos futuros" e nos "bens imprescindíveis, dos cereais ao petróleo".

"Se os ganhos destes mercados não são suficientes para saciar a vontade desbragada do lucro, voltam-se para o negócio do dinheiro, elegendo como vítimas as dívidas soberanas de países que pelas mais variadas razões expõem ao mundo as suas fragilidades, colocando em dificuldade os trabalhadores desses países".

Rui Riso lembrou a "importação" da física para a economia do conceito de resiliência, ou seja, a capacidade de um corpo para voltar à forma original após sofrer um choque ou deformação. "Todos percebemos que perante uma diminuição da actividade económica a forma mais fácil e imediata de voltar à forma original – entenda-se, às curvas ascendentes dos lucros – é a diminuição

do número de trabalhadores, os mesmos que com a sua resiliência, e depois de terem sido o rosto da defesa das empresas financeiras quando as rentabilidades dos seus produtos não corresponderam à expectativa dos clientes, contribuíram para a reabilitação da imagem da empresa que representam", frisou.

Ação internacional...

As empresas associam-se nacional e internacionalmente, tornaram-se cada vez mais globais e os seus produtos extravasam o âmbito nacional. A esta uniformização escapa o relacionamento com os trabalhadores, salientou Rui Riso: "Uma das diferenças que subsiste é a forma de interpretar os direitos dos trabalhadores, que diferem de país para país, de continente para continente,

por vezes mesmo dentro da própria empresa ou grupo, dependendo do país onde se encontra".

Face a esta dinâmica, a tarefa dos sindicatos é cada vez mais complexa, impondo-se "acções de carácter continental e global" enquadradas por organizações internacionais aglutinadoras dos interesses dos trabalhadores do sector.

... e nacional

Já a nível nacional, Rui Riso defendeu que a acção dos sindicatos "deve centrar-se nos interesses de todos os trabalhadores do sector e não tanto nos da empresa X ou Y, tantas vezes visível na acção dos sindicatos de empresa, com uma acção meritória noutros contextos, uma vez que não é desadequado pensar-se, poderão vir a caminho ajus-



tamentos entre empresas existentes, que nesse percurso deixarão sempre trabalhadores desprotegidos, desempregados, com especial relevo nos que integram empresas que virão a ser absorvidas por outras".

Antevendo que as dificuldades continuem no futuro próximo, Rui Riso lembrou que a visibilidade do movimento sindical está ligada à participação dos trabalhadores e aos ganhos que consegue. "Em momentos como este são necessárias acções colectivas que contrariem a tendência para banir direitos,

com a justificação de uma aparentemente necessária flexibilidade".

"Cabe aos sindicatos a reivindicação de mais direitos, mais estabilidade, melhores salários, mais dignidade. Em momentos como este, os sindicatos têm de concentrar toda a sua energia na manutenção dos direitos conquistados e lutam para que não se reduzam postos de trabalho, rendimentos e direitos", frisou, acrescentando:

"Nivelar por baixo é o caminho mais rápido para a estagnação e para o agravamento das condições de trabalho dos que desenvolvem a sua actividade no sector financeiro".

"Ao movimento sindical não se aplica o conceito de resiliência, porque não queremos nunca voltar a ser o que fomos, porque queremos ser sempre melhores que ontem – é isso que esperamos de nós", concluiu Rui Riso.

► A exigência de uma mudança radical do actual "status quo" gerou um alargado consenso.

"Uma das nossas palavras de ordem é acabar com a pressão dos objectivos de vendas. Temos de ter liberdade para vender aos clientes os produtos que sabemos corresponderem ao que pretendem e não de acordo com as ordens vindas de cima", defendeu Jörg Reinbrecht, do sindicato alemão Ver.di, acrescentando: "Que o funcionário de um Banco possa ter orgulho na forma como aconselha o cliente".

A UNI-Finanças defende que esta questão passe a fazer parte da negociação colectiva, acabando com a parte variável do salário dependente das vendas alcançadas.

A venda responsável é um tema que há muito preocupa a organização sindical, tendo sido já objecto de uma Declaração e de uma Carta de Princípios. O Ver.di é um dos sindicatos que está já a abordar a questão à mesa de negociações na Banca e quer estendê-la também às seguradoras.

"Este é realmente um problema global, vemos as mesmas situações e preocupações em toda a parte – o que não surpreende, pois trabalhamos com multinacionais", afirmou Johnson Trevor, do sindicato BIGWU, de Trinidad e Tobago, relator do grupo de trabalho. "Já discutimos muito, agora é preciso acção: uma acção conjunta é a resposta ao problema", frisou.

Ao apresentar as conclusões da UNI sobre vendas responsáveis, Johnson Trevor salientou duas formas de acção: a luta por alterações legislativas nesta matéria e a sua introdução na negociação colectiva. ■

Delmiro Carreira despede-se



O encontro da UNI foi pródigo em despedidas a dirigentes de longa data que agora abandonam os seus cargos na organização. Delmiro Carreira foi um deles.

O presidente da Direcção do SBSI agradeceu toda a experiência adquirida ao participar nas actividades da UNI, junto de sindicalistas de todo o Mundo. "Foi muito importante para o sindicalismo português que eu e outros pudéssemos acompanhar o desenvolvimento e as tendências mundiais através das instâncias da UNI", disse Delmiro Carreira.

"Também me vou retirar, mas como disse um político português, vou andar por aí", despediu-se. ■



Participação é a nova palavra de ordem da UNI-Finanças Europa

Os delegados presentes na conferência da UNI-Finanças Europa reelegeram Edgardo Iozia como presidente da organização, durante os trabalhos que decorreram no Estoril. Participação é a palavra de ordem para os próximos quatro anos

Durante os próximos quatro anos, Edgardo Iozia será acompanhado na condução da organização sindical por Lillemore Smedenvall e Pia Desmet, as duas vice-presidentes também eleitas no Estoril. Todos receberam a unanimidade dos 102 delegados europeus presentes na conferência.

A encerrar os trabalhos, o recém-eleito presidente revelou que a palavra de ordem em torno da qual se desenvolverá o trabalho do novo grupo directivo – eleito na mesma sessão – será "participação".

Nesse sentido, adiantou, durante o próximo mandato as reuniões do grupo directivo terão a participação de todos os representantes, estendendo assim a praticamente todos os países a possibilidade de contribuir para o reforço da organização.

Edgardo Iozia salientou ainda o trabalho que a UNI-Finanças Europa pretende desenvolver em Bruxelas, através de uma postura muito activa junto da Comissão e do Parlamento Europeu.

Nesse âmbito, a UNI vai iniciar a sua participação num novo grupo de trabalho dedicado à diversidade, com o objectivo de pugnar pela dignidade de todo o ser humano.

Revelando o empenhamento no trabalho conjunto com outros órgãos da UNI Global e outras organizações, como a



Carlos Silva

Confederação Europeia de Sindicatos (CES), Edgardo Iozia adiantou que a UNI-Finanças Europa vai apoiar campanhas europeias sobre negociação colectiva, pois a conferência aprovou uma proposta que apresentou nesse sentido. "Este é o primeiro passo para nos tornarmos um sindicato europeu", concluiu o reeleito presidente, que no dia seguinte seria igualmente reeleito como presidente da UNI-Finanças Mundial.

Segol a caminho da CES

Além da entrada de novos membros para o grupo directivo – em que o SBSI

ficou como membro efectivo de uma das oito áreas que compõem a estrutura da UNI-Finanças Europa – a organização assistiu a mais alterações entre os seus dirigentes.

Refira-se, assim, a despedida de Bernadette Segol, a até agora secretária Regional da UNI-Europa, que vai liderar a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), sendo substituída no cargo por Oliver Roethig.

Na sua intervenção na conferência – que foi simultaneamente uma despedida "nem triste nem nostálgica", como sublinhou – Bernadette Segol lançou fortes críticas ao sistema financeiro, frisando que "é preciso lembrar que não são os trabalhadores do sector financeiro ou dos outros sectores os responsáveis pela crise".

A dirigente salientou ainda a confusão instalada entre os salários dos trabalhadores e os bónus dos empresários, uma situação que "não é aceitável".

Segol deixou claro que os sindicatos se "opõem de forma determinante ao pacto de estabilidade" pretendido por Bruxelas, que defende uma Europa competitiva à custa do preço do trabalho.

Os sindicatos devem responder a isso com uma negociação europeia, caso contrário cair-se-á num isolamento nacional que deixará os trabalhadores sem perspectiva de futuro e correndo o risco de ter "à mesma mesa xenófobos, racistas e nacionalistas", alertou Bernadette Segol, que no final foi aplaudida de pé pelos delegados.

Forte presença

A conferência da UNI-Finanças Europa, que precedeu a 3.ª Conferência Mundial da UNI-Finanças, contou com 102 delegados, representando 36 países e 66 sindicatos. Dos 102 delegados, 28 são mulheres e 74 homens.

Estiveram ainda presentes 78 observadores, 72 convidados e 12 elementos do Secretariado da UNI. ■

Concentração da UNI frente ao Casino Estoril

Sim à negociação colectiva, não ao capitalismo de casino

Empunhando cartazes e bandeiras, dirigentes de sindicatos filiados na UNI concentraram-se frente ao Casino Estoril, num protesto simbólico pelo "fim do capitalismo de casino"



A concentração, que decorreu ao início da tarde do dia 16 de Março, juntou as cerca de três centenas de delegados à 3.ª conferência Mundial da UNI, reunidos no Estoril.

Assumida como um acto simbólico num local simbólico, a concentração visou protestar contra um sistema financeiro desregulado de um capitalismo de casino, responsável pela maior crise desde os anos 30 do século XX.

Uma crise que além de ter causado já milhões de desempregados em todo o mundo – e cujas primeiras vítimas foram os trabalhadores do sector financeiro – serve de pretexto a governos e empregadores para porem em causa direitos conquistados, ao longo de anos, através da negociação colectiva.

Por isso as palavras de ordem da concentração foram "fim ao capitalismo de casino" e "respeito pelo direito à negociação colectiva", escritas em todas as línguas com representantes na conferência, do português ao japonês, do inglês ao árabe e ao alemão.

Mas não faltaram panos de sindicatos dos quatro cantos do mundo e cartazes de protesto como o do sindicato OTOE, da Grécia, muito claro quanto ao alvo: "Moody's - S&P - Fitch: Machines of destruction".

Uma longa luta

Durante a concentração entrevistaram delegados de sindicatos de todo o Mundo, nomeadamente um sindicalista da Tunísia, que fez questão de discursar em árabe.

Delmiro Carreira, enquanto dirigente de um dos sindicatos organizadores da conferência, foi um dos oradores. "Estamos simbolicamente em frente ao Casino Estoril para demonstrar o nosso desejo profundo de pôr fim ao capitalismo de casino", afirmou o presidente da Direcção do SBSI.

"Esta é uma luta que não vai acabar nos próximos tempos, é uma luta que vai exigir muito empenhamento da UNI", alertou Delmiro Carreira, referindo-se não só ao trabalho que se espera das organizações da UNI ligadas ao sector financeiro, mas também do seu secretário-geral.

"Pedimos a Philip Jennings que seja o nosso interlocutor forte e decidido junto do FMI, que continua a querer, como foi dito hoje, aplicar as suas velhas receitas".

"Esperamos ser bem sucedidos. Lutando, certamente o seremos", vaticinou Delmiro Carreira.

"Venceremos"

"Estamos zangados com os banqueiros, os supervisores, os políticos. E por isso dizemos: fim ao capitalismo de casino, respeito pelos direitos da negociação colectiva", afirmou o secretário-geral da UNI-Global durante a concentração.

"Respeitem a dignidade, os direitos humanos, os trabalhadores. Sindicatos do sector financeiro de todo o Mundo estão aqui. Oçam-nos", afirmou Philip Jennings, prometendo que os sindicatos lutarão pela regulação e pela defesa dos trabalhadores.

"Venceremos", concluiu o responsável pela organização sindical que agrega mais de duas centenas de sindicatos representando cerca de três milhões de trabalhadores do sector financeiro. ■

Helena André apela à capacidade de adaptação dos parceiros sociais

Perante uma plateia de sindicalistas de todo o Mundo, a ministra portuguesa do Trabalho reconheceu as dificuldades da negociação colectiva em momentos de crise como o actual e apelou ao diálogo social bipartido para responder aos desafios das empresas e dos trabalhadores. Já o líder da UGT optou por sublinhar a oposição da Central a uma eventual intervenção do FMI e defendeu uma negociação colectiva que garanta aos trabalhadores a distribuição da riqueza criada, nomeadamente em termos de aumento de salários

"Sabemos que existe tensão ao nível da negociação colectiva, muito mais dificultada quando estamos numa fase de crise. Mas também sabemos que essa mesma negociação colectiva ainda não teve a capacidade de utilizar todos os instrumentos que tem à sua disposição para fazer as adaptações necessárias relativamente à forma de organizar o trabalho e o tempo de trabalho, de reconciliar melhor aquilo que são as necessidades das empresas e as necessidades dos trabalhadores", afirmou ontem a ministra do Trabalho e Solidariedade Social Helena André, ao intervir na sessão de abertura dos trabalhos da 3.ª Conferência Mundial UNI-Finanças, que decorreu a 16 e 17 de Março na Escola Superior de Turismo do Estoril.

Na sessão intervieram ainda o presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras, o secretário-geral da UGT, João Proença, e, em nome dos sindicatos organizadores, o secretário-geral da Febase, Carlos Silva.

Helena André – que foi apresentada pelo presidente da UNI-Finanças como alguém que "tirou a farda de sindicalista" para assumir o cargo de ministra do Trabalho de um "governo progressista" – continuou frisando que "o potencial que existe no nosso país em termos de uma introdução de adaptabilidade negociada baseada num forte consenso entre empregadores e trabalhadores não está suficientemente desenvolvido".

"Temos de tudo fazer" para desenvolver esse potencial, no que "o reforço do diálogo social bipartido é fundamental", considerou.

"Nada será como antes"

A ministra lembrou o sucesso que o diálogo tripartido tem tido em Portugal, considerando que "a maior parte das reformas estruturais que têm tido efeitos económicos e sociais no nosso País resultam de acordos tripartidos ao nível da concertação social".

No entanto, salientou, o mesmo não se passa ao nível das relações bipartidas. "Temos de fazer tudo para que a negociação colectiva tenha também a capacidade de contribuir para responder àqueles que são os desafios das empresas e da economia. E não só os desafios actuais como os desafios futuros", disse, advertindo: "Se há uma lição que vamos todos ter que tirar no final desta crise é que nada será como dantes".

Austeridade de todos

Helena André disse ainda que as medidas de austeridade devem ser assumidas por todos, sublinhando o desafio que Portugal tem de reequilibrar as finanças públicas, reajustar a economia e combater o desemprego.

"O pacote de austeridade implica que haja uma retracção a nível interno e uma retracção da capacidade do nosso mercado interno, e portanto o compromisso assumido por todos é fundamental", sublinhou.

Depois de fazer referência à série de dificuldades e desafios que o País tem de enfrentar – do saneamento das contas públicas à sustentabilidade dos sistemas de protecção, ao crescimento económico e ao combate ao desemprego – a ministra do Trabalho adiantou que os países que saíram desta crise em melhores condições serão aqueles que tiverem "uma mão-de-obra altamente qualificada" e onde a necessidade de adaptação constante de trabalhadores e empresas às mudanças nos países e na economia global "seja uma capacidade de adaptação negociada".

"Não podemos ganhar tudo"

"Numa adaptação negociada sabemos que não podemos ganhar tudo", frisou a ministra, defendendo que "temos de ter a capacidade de proteger aquilo que são os valores fundamentais e os valores básicos. Mas temos que ter sobretudo a capacidade de olhar não só para as neces-

sidades daqueles que estão dentro do mercado de trabalho, mas também daqueles que querem aceder pela primeira vez ao mercado de trabalho ou daqueles que querem reentrar".

Para Helena André, "isto é batermo-nos pelo trabalho digno. É termos uma postura proactiva e de abertura negocial, sem nunca perdermos de vista o que está na base das organizações sindicais, que é a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, e sobretudo a defesa dos princípios da solidariedade e da justiça social, mas numa perspectiva sempre evolutiva".

A ministra lembrou ainda que a qualidade das democracias se baseia, também, num movimento sindical "forte e interventivo, com capacidade negocial, reivindicativa, de contestação".

Mas, concluiu, "é quando temos a possibilidade de chegar a acordo e de nos sentarmos à mesa de negociações que fazemos mover – no sentido positivo, de justiça e de dignidade – a defesa dos interesses dos nossos membros".

UGT contra intervenção do FMI

Também o secretário-geral da UGT considerou que Portugal vive um momento complicado, resultado da crise internacional e dos seus desequilíbrios estruturais. Aos problemas económicos e sociais, João Proença juntou os políticos, prevendo o desfecho que viria a verificar-se pouco tempo depois: a hipótese de eleições antecipadas.

"Portugal confronta-se hoje com problemas claros em termos de financiar a dívida soberana", disse, lembrando a necessidade de "também financiar os desequilíbrios das próprias contas dos Bancos para terem apoio externo".

Apesar disso, frisou João Proença, os trabalhadores portugueses e a Central Sindical não querem a intervenção do FMI. "As práticas do FMI não mudaram muito", disse, dando como exemplos o caso da Roménia e "dos países que hoje estão a ser apoiados em termos da União Europeia e do FMI – os nossos companheiros da Grécia e da Irlanda".

Repartição da riqueza

Como Helena André, também o secretário-geral da UGT defendeu o diálogo



social e a negociação colectiva. "Num momento de crise mais do que nunca é fundamental o diálogo social, o respeito pelos direitos dos trabalhadores", concordou João Proença, especificando: "Como são fundamentais políticas que não se preocupem apenas com a resolução dos desequilíbrios macroeconómicos mas que se preocupem também com o emprego, com a qualidade do emprego, com uma negociação colectiva que garanta aos trabalhadores a distribuição da riqueza criada, nomeadamente em termos de aumento de salários".

Assumindo que em Portugal se sente profundamente a crise, o líder da UGT considerou tratar-se de um problema mundial, que exige uma resposta global. "Precisamos todos juntos de lutar por uma globalização mais justa, que tenha uma dimensão económica – que tem –, mas que tenha também uma dimensão social e uma dimensão ambiental".

Salientando a importância das decisões da conferência da UNI, João Proença lembrou que os trabalhadores do sector financeiro foram os primeiros a sofrer as consequências da crise e devem ser "os primeiros a ter uma palavra a dizer sobre as soluções para os problemas".

Segundo o líder da Central Sindical, esta crise veio demonstrar a importância do sector financeiro. "Sem um sector financeiro a funcionar bem, a economia e os cidadãos vivem pior", reconheceu, adiantando: "Precisamos de um sector financeiro forte mas regulado, não queremos a especulação financeira".

"Juntar os cacos"

O presidente da Câmara Municipal de Cascais destacou a pertinência do tema da conferência da UNI, "na altura em que o Mundo ainda junta os cacos da grande crise de 2008". Carlos Carreira lembrou o difícil momento que o País atravessa,

quando "a componente financeira, a manter-se a situação actual, representará em 2013 algo como 5% do nosso PIB", o que é "equivalente ao que podemos gastar com a saúde ou a educação".

O autarca considerou que se desta crise o que fica marcado é que "a ganância de muito poucos tem vindo a afectar a vida de tantos e tantos milhões", então é altura de questionar "se aprendemos com a crise" e se "o sistema financeiro pode continuar a ser visto como uma galinha de ovos de ouro; se devemos deixar que os Bancos atinjam proporções tais que sejam demasiado grandes para cair, e se, nessa situação, devem ser os contribuintes de cada um dos países a pagar os resgates dessas Instituições financeiras".

Carlos Carreiras expressou a sua dúvida de que esse debate tenha sido feito em Portugal, na Europa e no Mundo, "até porque muitos dos grandes Bancos deram rápidos sinais de estar de regresso ao seu normal funcionamento enquanto os povos continuam a sofrer os efeitos da ganância dessa meia dúzia".

Citando Barack Obama, o autarca de Cascais lembrou que "o mercado livre não é sinónimo de carta-branca para termos tudo o que queremos, da forma que queremos", e defendeu a criação de mecanismos reguladores que "salvem o capitalismo de si próprio, dos seus excessos, devaneios e apetites".

Carlos Carreiras terminou deixando a convicção de que as forças sindicais "serão essenciais para desbloquear as várias crises portuguesas: a económica, a social e a política". "Acredito na força mobilizadora do sindicalismo", concluiu.

Crise oprime trabalhadores

A crise mundial dominou todos os discursos, não só pelas graves consequências actuais como também devido às alterações políticas, legislativas e sociais que

está a provocar e que ameaçam o futuro do modelo social europeu. Como frisou o secretário-geral da Febase, "tudo está posto em causa".

"O período que atravessamos é de crise global. Uma profunda crise que esmaga e oprime os trabalhadores perante as tremendas pressões que o poder económico exerce sobre o poder político e que leva os políticos a implementarem medidas chamadas de austeridade, que põem em causa todo um edifício construído com base na democracia e na liberdade de negociar na contratação colectiva, no respeito pelo diálogo social, pelo sindicalismo de proposição e pela palavra dada", denunciou Carlos Silva.

Com duras críticas aos especuladores económicos e às agências de 'rating', Carlos Silva referiu-se ao que apelidou de ditadura do século XXI: "A ditadura dos resultados económicos é a sucessora das ditaduras políticas europeias que nos oprimiram até um passado recente. Julgávamos que esses momentos tinham sido ultrapassados – estávamos enganados. Afinal, a especulação financeira e o capital continuam a fazer o seu caminho", frisou Carlos Silva, acrescentando:

"Cabe aos sindicatos e às organizações como a UNI encontrar soluções que combatam essas políticas que esmagam os direitos conquistados em gerações".

Lutar pela dignidade do trabalho

Numa intervenção bastante contundente, o responsável da Febase chamou a atenção para as consequências desse comportamento dos mercados: duras medidas impostas pelos governos aos trabalhadores do Sul da Europa.

"Hoje, milhares de trabalhadores por essa Europa fora vêem-se confrontados com uma das piores crises da nossa História recente: salários diminuídos, direitos congelados, carreiras e estatutos profissionais travados pela necessidade de controlar o défice, negociação colectiva violada e rasgada", elencou, sem deixar de apontar qual deve ser a resposta sindical:

"Esta situação deve merecer a nossa reprobção e a nossa luta. Luta pela defesa do direito à dignidade do trabalho; luta pelo respeito que merecem os trabalhadores, que com estas medidas vêem hipotecado o seu futuro e o das gerações seguintes".

Para Carlos Silva, esse é o papel da UNI e dos seus sindicatos: "Temos de vencer este combate. Trata-se do nosso futuro." ■



Assim vai o sector financeiro no Mundo

Muitas foram as experiências relatadas e os exemplos dados sobre a organização do trabalho, as condições, os horários, a formação, o relacionamento com os clientes, as vitórias e derrotas sindicais... Eis uma viagem mundial pelo sector financeiro, tendo como guias os seus trabalhadores

Austrália e Nova Zelândia **Leon Carter (FSU)**

O Sindicato realizou um inquérito online aos clientes, pedindo a sua opinião sobre variadíssimas questões, do aumento das taxas de juro à remuneração dos trabalhadores em função do desempenho. Cerca de 80% dos clientes responderam que não querem ser atendidos por pessoas que recebem consoante vendem. Depois de os resultados serem divulgados online, a comunicação social deu destaque ao inquérito sindical, o que foi uma boa forma de chamar a atenção da opinião pública para o que se passa no sector. Face à dimensão que o debate atingiu, as Instituições de crédito da Nova Zelândia reagiram mal, enquanto na Austrália a maioria optou por ignorar. No entanto, o Sindicato foi contactado por uma IC, afirmando que não queria ser confundida com as restantes pois tinha uma actuação diferente. O Sindicato contabiliza ainda como vitória a aprovação da actual legislação, que proíbe a venda de certos produtos e obriga a aconselhar o cliente de acordo com o que melhor se adequa ao ser perfil.

Índia **Subhash Sawant (INBEF)**

A regulação funciona e o ministro das Finanças envolve-se nos procedimentos com regularidade. As leis sobre direito à informação dos cidadãos e sobre sistemas de alerta são utilizadas frequentemente. Quem se envolver em casos de alerta é fortemente incentivado a ir a tribunal e por vezes chega a receber

bónus pela sua acção cívica. Quanto aos problemas dos trabalhadores, destacam-se o aumento do outsourcing e do trabalho temporário, até no Banco da Índia.

Quénia **Isaiah Kubai (BIFU)**

Os nossos problemas vêm do início da globalização, temos enfrentado situações muito difíceis, com os trabalhadores jovens a serem admitidos com contrato precário. A força das multinacionais tem crescido, em detrimento do poder dos sindicatos. As entidades empregadoras utilizam dois pesos e duas medidas no que diz respeito à sindicalização, criando os seus próprios mecanismos para terem mais força dentro das empresas, ao mesmo tempo que dificultam até a marcação de reuniões sindicais. Embora a nova Constituição contemple o direito à sindicalização e à greve, os sindicatos têm dificuldade em fazer respeitar os direitos constitucionais.

Brasil **Marcel Barros (CONTRAF-CUT)**

Cerca de 22% dos trabalhadores brasileiros trabalham em regime de "outsourcing". Não há lei que regule o seu contrato de trabalho, estão entregues à sua sorte. No sector financeiro esta situação verifica-se sobretudo nos serviços de back-office e de transporte de valores, onde uma só empresa emprega, em regime de outsourcing, 18% dos trabalhadores do sistema financeiro, ou seja, 90 mil pessoas. Outro problema que afecta os bancários brasileiros é a figura do correspondente

bancário: há uma substituição constante de mão-de-obra bancária por uma rede de pessoas e empresas não preparadas profissionalmente para este serviço (farmácias, casas de venda de lotaria). Substituem mão-de-obra especializada por pessoas a quem não pagam de acordo com o contrato do sector. Em 2009 havia já 143.507 correspondentes bancários.

Suécia **Ulla-Britt Lundqvist (FTF)**

O nosso Sindicato, da área seguradora, está a tentar negociar com os empregadores uma Carta de Princípios sobre vendas responsáveis. Apesar do consenso alcançado, os empregadores não assumem um compromisso assinando um acordo nesse sentido. As negociações incluem questões como bónus adicionais e objectivos. Por outro lado, estamos a atravessar um momento de fusões e aquisições o que aumenta os problemas, pois ninguém quer ficar sem trabalho. Há uma grande pressão especialmente sobre os jovens, que trabalham a tempo parcial.

Itália **Agostino Megale (FISAC-CGIL)**

É necessário deixar explícito que os trabalhadores da Banca foram pressionados a vender os títulos que tantos problemas têm causado na crise dos últimos 30 meses. Em Itália, um banqueiro ganha 110 ou 120 vezes mais do que um trabalhador do nosso sector, e esse ganho é feito com a pressão sobre os trabalhadores para que vendam produtos que vão contra os interesses dos clientes e da economia do país.

Bélgica **Pia Desmet (SETCA)**

Desde o Fórum de Copenhaga sobre vendas responsáveis, em Junho de 2010, tomámos como referência a Carta, de que falamos nos três níveis de decisão

sindical: com colegas europeus, na negociação colectiva e no diálogo com instâncias de supervisão. Ao nível da negociação colectiva, introduzimos a questão nos cadernos de reivindicações comuns, ao lado de questões essenciais como condições de trabalho (stress) e formação profissional.

Israel **Zion Shama (UCAPSE)**

Cerca de 98% dos trabalhadores da Banca e Seguros fazem parte do nosso sindicato e da nossa confederação. Em Israel cada Banco tem o seu acordo colectivo específico, que negociou connosco e onde estão descritos todos os direitos dos trabalhadores, incluindo previdência. No início da crise os Bancos tinham bastante estabilidade, por isso nunca pensámos que poderiam tentar reduzir o número de trabalhadores. E se no ano passado negociámos um aumento salarial de 6%, este ano decidimos ceder na percentagem de aumento, para colmatar a questão da crise.

Argentina **Alejandra Nelida Estoup (AB)**

Até há sete anos, a remuneração dos trabalhadores bancários era variável, mas conseguimos garantir salários mínimos básicos. A média é de mil euros garantidos, mas estamos a reivindicar um aumento salarial para tentar repor o poder de compra. Um grande problema diz respeito aos call centers: dos 100 mil trabalhadores bancários, 10% estavam fora do sistema. Conseguimos assegurar um salário mínimo e condições de trabalho também para esses trabalhadores. Na Argentina são os sindicatos que asseguram a Segurança Social e as obras sociais e com esse pretexto está a ser desenvolvida uma grande investigação, mais de uma centena de sindicatos estão sob investigação. O nosso secretário-geral está preso e sem garantia de um processo justo.

Alemanha **Jörg Reinbrecht (Ver.di)**

As doenças mentais têm crescido assustadoramente no nosso sector, especialmente entre os colegas de vendas, sujeitos a muita pressão. Na Alemanha os colegas dos Bancos e caixas estão sujeitos a uma lista negra se fizerem um mau aconselhamento. Ou seja, sofrem a pressão das chefias, dos clientes e dos colegas.

França **Sébastien Busiris (FEC-FO)**

Todos nós achámos o sketch muito cómico (estava muito bem feito), mas

retrata bem o nosso quotidiano. Em França, os suicídios são cada vez em maior número, tal é a ganância do lucro sem ter em conta os sacrifícios que se estão a pedir aos trabalhadores. Antes falávamos em bem-estar no trabalho, hoje falamos de stress, sofrimento, assédio. Há 20 anos estávamos longe de imaginar que a nossa profissão ia transformar-se nesta fonte de sofrimento. Se não conseguimos atingir os objectivos corremos o risco de perder o emprego ou chegar ao fim do mês com um salário menor. Este é o nosso quotidiano. É altura de lutarmos por outra organização do trabalho!

Reino Unido **Steph Evison (Unite the Union)**

O HSBC quer reduzir custos e está a tentar deslocalizar os trabalhadores, a qualquer preço. O Banco não quer negociar, quer implementar estratégias diferentes em cada país. Temos de nos unir, comunicar uns com os outros e lutar por um acordo global.

Angola **Filipe Makengo Segundo (SNEBA)**

Os nossos problemas são universais, comuns a toda a classe trabalhadora. Mas Angola tem características específicas, tendo em conta que é um país recém-saído da guerra, com apenas oito anos de paz, por isso tem muitos problemas sociais para resolver, além, claro, da componente salarial. Mas o que nos aflige mais é a organização: conseguir manter as estruturas coesas e manter o objectivo do sistema de saúde. Aliás, a nossa principal reivindicação é um sistema complementar de saúde, pois o patronato refugia-se nos custos com a saúde para não aumentar os salários. Essa é uma meta do sindicato, para depois podermos exigir mais do patronato. Em termos de sindicalização não temos problemas, pois somos o único Sindicato do sector.

Togo **Edoh Akouété Agbokpa (SYNBANK)**

Esta é a primeira vez que participo numa conferência internacional e é interessante verificar que os problemas com que nos debatemos são os mesmos de que se queixam os nossos colegas na Europa ou na América. Enfrentamos muitos casos de trabalho precário, sobretudo entre os jovens. E esta insegurança e instabilidade laboral afasta-os dos sindicatos, têm receio de ser despedidos. Os sindicatos são mal vistos pelos Bancos, que tentam dificultar-lhes a acção. ■

Países participantes

Na 3.ª Conferência Mundial da UNI-Finanças, que decorreu no Estoril nos dias 16 e 17 de Março, participaram representantes sindicais de 58 países, dos cinco Continentes.

Eis os países, divididos segundo as áreas regionais da UNI - África (14), Américas (7), Europa (25) e Ásia & Pacífico (12):

África

- Angola
- Camarões
- Cabo Verde
- República Democrática do Congo
- Egipto
- Guiné
- Quénia
- Malawi
- Moçambique
- Nigéria
- África do Sul
- Togo
- Tunísia
- Zimbabué

Américas

- Argentina
- Brasil
- Canadá
- Chile
- Colômbia
- Trinidad e Tobago
- Uruguai

Europa

- Bélgica
- Áustria
- Chipre
- República Checa
- Dinamarca
- Finlândia
- França
- Alemanha
- Grécia
- Hungria
- Islândia
- Irlanda
- Itália
- Luxemburgo
- Malta
- Noruega
- Holanda
- Polónia
- Portugal
- Eslovénia
- Espanha
- Suécia
- Turquia
- Reino Unido
- Suíça

Ásia & Pacífico:

- Austrália
- Índia
- Coreia
- Malásia
- Nepal
- Nova Zelândia
- Paquistão
- Filipinas
- Singapura
- Sri Lanka
- Israel
- Jordânia

Sketch

Esta vida de bancário



António Machado, Manuel Marques e Eduardo Madeira foram os artistas responsáveis pelo sketch

Com muito humor, um grupo de actores levou à Conferência um sketch sobre a pressão diária a que estão sujeitos os bancários, com as hierarquias a exigirem resultados e a obrigá-los a vender todo o tipo de produtos aos clientes.

A adesão da plateia foi total, e ao serem retomados os trabalhos, muitos dos oradores confundiram como se sentiram retratados no papel daquele "bancário".

A revista "Febase" reproduz o conteúdo do sketch:

Trabalhador bancário (front Office)

– Bom dia. Posso ajudá-lo?

Cliente

– Bom dia. Gostaria de abrir uma conta.

Trabalhador bancário

– Certamente. Vamos já tratar disso.

Nome, por favor?

Cliente

– José S. Barros.

Trabalhador bancário

– Pode dizer-me o que significa o S.?

Cliente

– Essa informação é confidencial? Compreende... é um pouco embaraçoso.

Trabalhador bancário

– Posso garantir-lhe que temos uma política de confidencialidade muito estrita.

Cliente

– É Sócrates.

Trabalhador bancário

– Ah, pois... o mesmo do Primeiro-Ministro português... Sim, é melhor mantê-lo confidencial. Se precisar de pedir um empréstimo este apelido pode prejudicar as suas hipóteses... Vou precisar de uma identificação e da sua morada, por favor.

Gerente

– Olá! Desculpe a interrupção: está a abrir uma conta, certo? Tavares, lembre-se de apresentar ao nosso novo cliente os nossos produtos bancários. Garanto-lhe, vão mudar a sua vida. Por favor, explique-os detalhadamente. (Os objectivos, Tavares!)

Trabalhador bancário

– (Certo. Atingir os objectivos.) Sr. Barros, conhece os P.P.Ps?

Cliente

– Não, acho que não... Não ligo muito a política, sabe...

Trabalhador bancário

– Não se trata de política. Refiro-me aos Planos Pessoais de Pensões, que têm benefícios fiscais fantásticos!

Cliente

– Ah, isso? Tenho dois. E chega, obrigado.

Gerente

– Fale ao nosso novo cliente sobre os nossos CPI. Eles vão certamente mudar a vida do Sr. Barros. Explique, Tavares, detalhadamente. (Pense nos objectivos!)

Trabalhador bancário

– Já ouviu falar nas Contas Poupança Individuais (CPI)? Trata-se de um regime de poupança criado pelo governo, com vantagens fiscais para as suas economias...

Cliente

– Meu Deus! Vocês aprendem técnicas de vendas num bazar marroquino!? Eu só quero abrir uma conta.

Gerente

– Certo. Estou a ouvi-lo... o senhor quer algo mais tradicional como títulos do tesouro, um produto de baixo risco que vai mudar a sua vida. Por favor, explique detalhadamente, Tavares. (Lembre-se...)

Trabalhador bancário

– (Objectivos. Sim). Posso apresentar-lhe os nossos títulos do tesouro?

Cliente

– Não, não pode. Não quero que me apresente nenhum produto, só quero abrir uma conta.

Trabalhador bancário

– Mas olhe que este é um investimento garantido e só tem de investir 249.399 euros.

Cliente

– Se eu tivesse 240 mil euros compraria um Ferrari. Já ouviu falar de alguma rapariga que ligue a um tipo que anda com títulos do tesouro?

Gerente

– Tavares, fale ao Sr. Barros sobre acções ou fundos de investimento...

Trabalhador bancário

– Acções, fundos de investimento?

Cliente

– Nem pensar! Eu só quero uma conta.

Trabalhador bancário

– Títulos? (Bonds)

Cliente

– Bond? Sean Connery?

Gerente

– Tavares, abra a conta. E tente perceber quanto o Sr. Barros planeia investir numa conta poupança. Dê-lhe a conhecer as interessantes taxas de juros que irão mudar sua vida. (Lembre-se: objectivos!)

Trabalhador bancário

– Temos uma surpreendente taxa de juro para quem abra uma conta corrente juntamente com uma conta poupança.

Cliente

– Excelente! Mas eu só quero uma conta corrente.

Trabalhador bancário

– E quer apenas sete cartões de crédito ou acha que vai precisar de mais? Se ficar com os sete cartões de crédito que estamos a oferecer com a abertura da sua conta ganha duas semanas de férias de luxo para duas pessoas, com tudo incluído.

Cliente

– Meu Deus! Vocês não desistem, pois não? Ok, vou ficar com os cartões de crédito. Já agora... qual é o destino?

Trabalhador bancário

– Tripoli, Líbia. Sabe onde é?

Cliente

– Claro! Mas mudei de ideias, acho que afinal quero outro dos vossos produtos... Um seguro de vida para a minha mulher e outro para a minha sogra. Vou apresentá-las com a viagem. Generoso da minha parte, não é? Você estava absolutamente certo: isto vai mudar a minha vida! ■

Reunião com Febase sobre medidas do OE/2011

Administração da CGD explica proposta de cortes salariais

Texto: Inês F. Neto

A Administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD) comunicou à Febase que a sua proposta de adequação das medidas do OE/2011 à realidade da empresa mereceu a aprovação verbal do Governo. Relativamente às matérias contratualizadas, os cortes salariais aplicam-se apenas aos subsídios de férias e de Natal

A Administração da CGD reuniu-se com o Secretariado da Febase para comunicar o sim do Governo ao pedido de autorização para adaptar as medidas preconizadas do Orçamento do Estado para 2011 (OE/2011) à realidade da empresa.

Na reunião, que se realizou dia 29 de Março, a Administração explicou que aguarda instruções por escrito da tutela para que possa implementar as medidas de excepção preconizadas na sua proposta.

Resguardando-se no facto de estar a aguardar a comunicação oficial, a Administração pouco revelou sobre a concretização das medidas, adiantando somente que no que se refere às matérias constantes no Acordo de Empresa (AE) apenas haverá cortes salariais nos subsídios de férias e de Natal.

Por sua vez, a Febase comunicou a sua oposição às reduções salariais impostas no Orçamento, anunciando que está a desencadear acções judiciais nos tribunais do Trabalho e Administrativo.

Negociações do AE estão suspensas

Por sua vez, as negociações para a adaptação do Acordo de Empresa (AE) da CGD às normas imperativas do Código do Trabalho foram suspensas, depois de uma das organizações sindicais ter recuado no seu acordo a um protocolo já assinado por todas as partes.

A reunião de Quinta-feira, dia 24 de Março, juntou pela primeira vez à mesma mesa negocial representantes da Administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e de todos os sindicatos com presença na empresa: os três Sindicatos Verticais (SBSI, SBN, SBC), o Sindicato dos Quadros (SNQTB) e o Sindicato de empresa (STEC).

Mas apesar do carácter histórico do encontro, o seu resultado para a evolução do processo de adaptação do AE ao Código foi nulo.

Terminadas as negociações técnicas bilaterais, o objectivo da reunião era fazer um balanço dos acordos alcançados e procurar o mínimo denominador sobre as cláusulas em que o diferendo se mantinha, de forma a concluir o processo.

No entanto, pouco depois de ter sido iniciada a leitura das cláusulas cuja redacção final tinha já o acordo de todas as partes, a reunião foi interrompida pelo Sindicato de empresa.

Os representantes do STEC presentes na sala recuaram no acordo dado anteriormente a um protocolo que previa a transcrição para o AE de uma Ordem de Serviço a publicar sobre o regime de baixa por doença.

Face à situação criada, o porta-voz dos três Sindicatos Verticais fez uma declaração para a acta: "Quero deixar claro que honramos os nossos compromissos. Neste caso, assinámos o protocolo depois de nos ter sido dito que ele tinha já sido assinado pelo STEC. Mas face à posição aqui tomada pelo STEC consideramo-nos enganados, e por isso não damos o nosso acordo à sua passagem para o AE."

Equivocos e confusões

Os representantes do Sindicato de empresa colocaram ainda em causa o carácter da reunião, argumentando tratar-se ainda de uma reunião técnica e não já de negociações.

Tal posição foi contrariada por todas as delegações. "Fomos informados que as reuniões técnicas tinham acabado e que esta era uma reunião de negociações. Basta ver a composição da nossa delegação", declarou o porta-voz dos Sindicatos

Verticais, referindo a presença de elementos das Direcções do SBSI, SBN e SBC, com mandato para tomar decisões.

O porta-voz da delegação dos três Sindicatos defendeu ainda que futuramente as reuniões sejam marcadas por escrito e com a ordem de trabalhos expressa.

Confrontados com esta série de equívocos e a consequente confusão gerada, os representantes da Administração da CGD optaram por suspender as negociações até à publicação da Ordem de Serviço sobre o regime de baixa por doença. ■

UGT preocupada com ajuda externa

Uma má decisão para os trabalhadores

No dia 6 foi anunciado o pedido de ajuda externa do País: um pedido à União Europeia e ao FMI.

A UGT vê com grande preocupação esta decisão, que foi considerada inevitável no seguimento de más decisões políticas e da incapacidade do sector financeiro em cumprir os seus compromissos externos.

A UGT sempre se opôs à entrada do FMI em Portugal. A sua entrada é saudada pelos grandes interesses económicos e financeiros e torna ainda mais difícil a situação dos trabalhadores e dos pensionistas.

Têm motivos para se preocupar todos aqueles que vivem dos seus salários ou das suas pensões, particularmente os de mais baixos rendimentos. O próximo futuro vai ameaçar ainda mais o Estado Social, os Trabalhadores da Administração Pública e o futuro do Sector Empresarial do Estado.

Como a UGT sempre afirmou, a situação de Portugal estava muito mais próxima da Irlanda do que a da Grécia: seriam as dificuldades de financiamento da Banca que poderiam obrigar o País a pedir ajuda externa. Infelizmente foi isto que se verificou.

A UGT tudo fez para evitar a entrada do FMI. Assumiu o diálogo e a negociação e o respeito pelos compromissos assumidos. Procurou apoiar os esforços nacionais para fugir à ajuda externa.

Bater-nos-emos no futuro por políticas em que a dimensão social vá lado a lado com a dimensão económica, contra o aumento das desigualdades sociais e na defesa do emprego e do Estado Social. Não aceitaremos que os sacrifícios sejam desigualmente assumidos e que sejam penalizados aqueles que hoje mais sofrem em situações de desemprego, pobreza e exclusão, aqueles que são pobres apesar de estarem a trabalhar e todos os que vivem de pensões baixas após uma longa vida de trabalho.

Neste momento em que se aproximam eleições não podemos deixar de exigir que os portugueses possam optar entre soluções concretas alternativas para o futuro do País e que seja claro que a democracia política se baseia no voto do Povo e não aceita a subordinação do poder político ao poder económico e financeiro. ■

Negociação colectiva na actividade seguradora Como sair da encruzilhada?

TEXTO: LUIS DIAS

A APS remeteu a negociação colectiva na actividade seguradora para uma encruzilhada de extremar de posições de que é urgente sair. A paz social existente no sector está assim a resvalar para um caminho muito perigoso, o que, a concretizar-se, não servirá os interesses nem dos accionistas nem dos trabalhadores e poderá prejudicar seriamente a qualidade do serviço prestado aos segurados e terceiros

Coloca-se, deste modo, um grande desafio às partes negociadoras nesta conjuntura muito problemática que o País atravessa e todos não seremos de mais para ajudar a minimizar os efeitos mais perniciosos, emergentes desta crise financeira que nos assola, aos quais a actividade seguradora não continuará a beneficiar de alguma imunidade, graças à sua robustez financeira, para a qual também contribuíram muitas gerações de empenhados trabalhadores de Seguros.

A juntar a esta crise financeira tem-se acentuado uma outra, de cariz político, fruto da existência dum Governo minoritário, neste momento demissionário e que, desde a primeira hora em que foi empossado, ficou refém duma velada estratégia eleitoralista, assumida por todos os partidos da oposição, mas que nenhum deles, da chamada área do poder, se propôs constituir, naquele imediato e nesta difícil conjuntura perante o povo português, uma clara e inequívoca alternativa de poder e só agora, decorrido cerca de ano e meio, é que emergiu essa alternativa. Será caso para se dizer "mais vale tarde do que nunca".

Contudo as condições económicas e financeiras foram de agravamento em agravamento até à grave situação que,

neste momento, impende sobre o País, para a qual terá de haver um pacto de regime, com um Governo maioritário forte, que faça da Concertação Social uma das sedes por excelência, imprescindíveis à obtenção de consensos conducentes à implementação das reformas necessárias ao relançamento da nossa economia.

Não obstante, os resultados das seguradoras portuguesas atingiram 420 milhões de euros de lucros em 2010.

Fica assim provada, uma vez mais, a robustez financeira da actividade seguradora, com o Ramo Vida a contribuir com o maior volume dos lucros das seguradoras, na ordem dos 390 milhões de euros, por virtude duma política prudente e eficaz em matéria de gestão da sua carteira de investimentos, situada acima dos 50 mil milhões de euros.

Acresce ainda referir que, das 86 seguradoras a operar em Portugal, apenas sete tiveram resultados negativos,

consequentes, na sua maioria, de reestruturações internas e saneamento das suas carteiras de seguros, em especial em algumas seguradoras que exploram apenas o Ramo Não Vida.

É, pois, com bastante expectativa que aguardamos que a actual Direcção da APS, assessorada pelo seu Grupo de Trabalho, cumpra o que publicitou junto das suas Associadas e divulgue "o trabalho desenvolvido e definidas as linhas de actuação a seguir", esperando-se que seja o relançar das negociações a partir das matérias prioritárias e estruturantes do CCT de Seguros como são: as funções, categorias profissionais e carreiras; como, aliás, era propósito do seu anterior Presidente e que se encontra plasmado nas várias actas deste processo negocial.

Haja, então, capacidade de diálogo e vontade política das partes para que a negociação colectiva nos seguros saia desta perigosa encruzilhada em que se encontra. ■

Negociação colectiva no Hospital da CUF - Infante Santo

Prosseguem as negociações de revisão do Acordo de Empresa (AE), encetadas em Janeiro de 2010, conjuntamente com as outras organizações sindicais que representam trabalhadores naquele Hospital privado, Sindicatos dos Enfermeiros de Portugal e FESAHT - Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal.

Efectuaram-se dezassete reuniões formais, com uma calendarização estabelecida de se realizarem reuniões bimensais, o que nem sempre tem acontecido, por impedimentos de vária ordem dos representantes das partes negociadoras, perspectivando-se que esta parte da negociação directa possa ficar concluída até ao final do corrente ano.

O STAS irá continuar a cooperar nesse propósito, porque a sua equipa de negociadores é constituída por mais do que um elemento e, no contexto deste período negocial, apenas pediu uma única vez o adiamento duma reunião.

O STAS pugnar, ainda, para que seja estabelecido o acordo de empresa possível para os seus representados, tendo em conta as inúmeras dificuldades negociais com que somos confrontados à mesa das negociações, com uma lógica muito bem delineada pelos negociadores do HCIS, de reduzirem ao máximo os encargos com o factor trabalho, aumentarem o actual período normal de trabalho semanal de 35,5 horas para 40 horas e retirarem do AE todo e qualquer encargo futuro com os seus trabalhadores na situação de reforma.

Nesta fase das negociações estão a rever-se as cláusulas em relação às quais não foi possível obter a sua validação pelas partes e são bastantes.

É convicção da equipa de negociadores do STAS que o consenso será possível, desde que sejam respeitados os legítimos interesses dos seus associados e que o processo negocial conduza à elevação e modernização das relações de trabalho, bem como a uma correcta adaptação do texto às normas consagradas no Código do Trabalho e ao equilíbrio dos direitos e deveres das partes. ■

O uso do correio electrónico no local de trabalho

TEXTO: ALFREDO OLIVEIRA*

Com a introdução de sistemas informáticos no quotidiano laboral, entre os quais o e-mail, ganha especial relevância – dada a sua ampla difusão, tanto para fins profissionais como particulares – o poder de controlo do empregador, que teve um aumento sem precedentes. Desta nova realidade surge um evidente confronto entre os poderes deste e os direitos e liberdades dos trabalhadores. As novas tecnologias estão na origem de "novas formas de subordinação", às quais estão associados novos riscos, novas formas de insegurança no emprego e novas ameaças para os direitos dos trabalhadores

O poder de direcção e fiscalização do empregador sobre a execução da prestação do trabalho é um argumento que não pode ser deixado de levar em linha de conta no acesso ao conteúdo das telecomunicações efectuadas pelo trabalhador. Contudo, o empregador não terá direito a um acesso irrestrito a este instrumento, como terá a outros utensílios ou equipamentos, pelo simples facto de deter o hardware indispensável à sua utilização.

O segredo e privacidade da correspondência têm forte tutela no nosso ordenamento jurídico, gozando de dignidade constitucional e sendo a sua violação punida no âmbito do Direito Penal. A salvaguarda da liberdade de expressão e de informação, a formação, o livre desenvolvimento e iniciativa do trabalhador, a sua sensibilização para o acesso a redes públicas, os custos para a empresa, as políticas de segurança, de privacidade e o grau de utilização destes meios, o tipo de actividade e o grau de autonomia dos funcionários, bem como as suas necessidades concretas e pessoais, são factores que não podem deixar de ser considerados na definição, no seio de cada empresa, de regras de utilização destes meios de comunicação.

Actualmente, o Art. 22.º do Código do Trabalho veda ao empregador, em abstracto, o controlo da utilização da Internet e das mensagens enviadas e recebidas através do correio electrónico da empresa. Esta proibição visa salvaguardar direitos fundamentais dos trabalhadores com garantia constitucional. Todavia, não é inequívoca a redacção do Art. 22.º, pois, ao confrontarmos o n.º 1 e o n.º 2, surgem algumas dúvidas, na medida em que o primeiro consagra o segredo



das comunicações no acesso ao e-mail e na utilização da Internet e o segundo, por seu lado, possibilita ao empregador regulamentar o uso destes meios, podendo, inclusivamente, proibir a sua utilização para fins pessoais.

Conciliando as normas em confronto, resulta que o trabalhador goza do direito de reserva e confidencialidade, relativamente ao conteúdo das mensagens de natureza pessoal e do acesso a informação de natureza não profissional, que lhe é conferido pelo n.º 1 da referida norma. Contudo, o seu n.º 2, ao prever a possibilidade do empregador estabelecer regras de utilização destes meios de comunicação no seio da empresa, significará que o empregador poderá apenas, por exemplo, estabelecer regras relativas ao tempo de utilização do e-mail ou da Internet. Não fica, contudo, o empregador legitimado para, uma vez ultrapassado o tempo de utilização por ele estabelecido, a visualizar o conteúdo do correio electrónico ou dos sites visitados.

Assim, parece resultar claro que o trabalhador poderá ser punido discipli-

narmente por ter utilizado abusivamente os meios colocados à sua disposição, desde que a utilização destes esteja validamente regulamentada no seio da empresa, mas não poderá ser punido por ter enviado ou recebido mensagens de carácter pessoal.

Perante a redacção do n.º 2 do Art. 22.º do Código do Trabalho, não parece ser a entidade empregadora obrigada a fixar as condições de utilização dos meios de comunicação através de regulamento interno. No entanto, se forem fixadas novas regras de subordinação, estabelecidos limites à utilização de certos meios, procedimentos a adoptar pelo trabalhador, sanções e limitações à autonomia e criatividade dos trabalhadores, tais alterações deverão, preferencialmente, assumir a forma de regulamento interno, uma vez que assim será permitida a

intervenção de outros interessados na sua elaboração – como as estruturas de representação colectiva dos trabalhadores – e tais regras ficam sujeitas a uma possível fiscalização da Autoridade das Condições de Trabalho (ACT).

É, assim, permitido ao empregador regulamentar a utilização dos meios informáticos da empresa e prever sanções para os trabalhadores que os utilizem de forma abusiva. É, contudo, necessário que as sanções previstas sejam proporcionais à gravidade da infracção e não poderá, no âmbito do exercício do poder disciplinar que lhe é atribuído, consultar conteúdos cujo carácter pessoal esteja claramente identificado. No exercício do seu poder de direcção e fiscalização, o empregador não pode utilizar as possibilidades de controlo que as novas tecnologias lhe oferecem sem respeitar os invioláveis princípios da lealdade, transparência, pertinência e proporcionalidade, devendo, para o efeito, adoptar as medidas menos intrusivas ao seu dispor. ■

*Advogado do SBN

Proveitosa **Jornada Sindical** STAS



Aspecto da sessão do Conselho Geral do STAS

O STAS, aproveitando as deslocações decorrentes da reunião do seu Conselho Geral, promoveu um dia de Jornada Sindical.

Nesse encontro realizou-se uma sessão do Conselho Geral, onde se discutiram as contas do exercício do ano de 2010, que foram aprovadas por unanimidade.

Abordou-se também a negociação colectiva, a campanha de sindicalização lançada pelo STAS e demais informações.

O encontro decorreu no Goethe-Institut, que, gentilmente, nos cedeu as suas belíssimas instalações para o efeito.

Depois do almoço, servido no local, seguiu-se o encontro das Direcções

Distritais, onde foram abordadas questões de fundo de cada distrital e analisados os problemas de sindicalização no sector, entre outros assuntos.

Ao final da tarde, ocorreu o Seminário Internacional sobre o trabalho precário, com o apoio da Fundação Friedrich Ebert. ■

Seminário Internacional sobre **trabalho precário**

Textos: **PATRICIA CAIXINHA**



Forte participação no Seminário Internacional sobre trabalho precário

PROGRAMA	
18h00 Abertura	Carlos Marques - STAS (Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora) (Lisboa) Reinhold Naumann (Fundação Friedrich Ebert) (Lisboa)
18h10 Trabalho precário: características, dimensões e efeitos sociais	Heiner Dribbusch (Fundação Hans Böckler, Düsseldorf) Elísio Estanque (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)
19h00 Debate	Moderadora: Maria da Purificação Alves - INETES (Associação para a Integração e Formação) (Lisboa)
20h00 Conclusões e Encerramento	Reinhold Naumann (Fundação Friedrich Ebert) (Lisboa) Carlos Marques - STAS (Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora) (Lisboa)

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
TRABALHO PRECÁRIO
Características, Dimensões e Efeitos Sociais
Lisboa, 16 de Março de 2011
Goethe-Institut, Campo dos Mártires da Pátria, 37

Em 16 de Março, decorreu no Goethe-Institut, em Lisboa, um Seminário Internacional, organizado pelo STAS e com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, sobre um tema bastante complexo e muito actual na nossa

sociedade: o trabalho precário, as suas características, dimensões e efeitos sociais.

Esta iniciativa contou com a participação do Dr. Heiner Dribbusch, um orador alemão especialista em relações

laborais e política sindical, que nos trouxe a experiência do caso alemão sobre esta temática.

Participou também neste debate o Professor Elísio Estanque, sociólogo e investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que deu a conhecer a sua visão e experiência sobre as classes e desigualdades sociais, sobre relações laborais e movimento sindical.

O debate foi muito interessante e contou com a presença de uma grande percentagem de jovens estudantes em início de carreira, sensibilizados com a realidade das empresas e, sobretudo, com o trabalho precário.

Faltou uma maior participação dos jovens presentes, afinal os mais interessados e os que mais dúvidas e questões tinham para colocar. Mas o tempo escasseou.

Ficou a promessa de reagendar um novo debate, destinado a ver discutidas as questões pertinentes e as preocupações dos jovens sobre esta matéria. ■

Torneio nacional de **futsal** STAS 2011



Está a decorrer a segunda fase do 1.º torneio nacional de futsal, organizado pelo STAS, que conta com a participação de oito equipas: Cares Seguros; CA Seguros; CC Axia Seguros; INEM; GDC FM/IB; Inetese/Jovens Seguros; Inter Partner e Zurich Seguros.

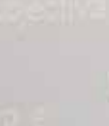
Os jogos decorrem no Pavilhão Gimnodesportivo da Caixa Geral de Depósitos, em Alcântara, todas as Terças-feiras, entre as 19 e as 23 horas.

Até ao fecho da revista e, no que toca aos apuramentos finais da 1.ª volta, os resultados foram os seguintes: Cares Seguros – Inetese/Jovens Seguros, 5-7; CC Axia Seguros – Zurich Seguros, 3-0; GDC FM/IB – CA Seguros, 5-0; Inter Partner – INEM, 8-3.

Em termos de disciplina, a equipa do INEM é a única que, até ao momento, não tem qualquer cartão.

A melhor defesa da Série A vai para a CC Axia Seguros, com 4 golos sofridos. E o jogador Fábio Porfírio (GDC FM/IB) destaca-se como o melhor marcador, com 17 golos. ■

TEXTO: **RUI SANTOS**



Formação

Um ciclo que se fecha

Texto: **Rui Santos**



Formação em parceria com o INETESE, em Beja

Quando em finais de 2009, o Pelouro da Formação do SBSI foi reestruturado e nomeado Mendes Dias como coordenador, houve a preocupação de planejar as actividades da formação, sempre em acordo com os Secretariados, onde as acções se realizavam. Hoje pode dizer-se que o sucesso alcançado em muito se deve ao esforço dos Secretariados na realização das acções que os sócios pretendiam.



Gestão de clientes, em Setúbal

Foram realizadas, ao longo deste tempo, acções de formação em parceria com o CEFOSAP e com o INETESE, bem como com os nossos formadores, desde a Covilhã até à Horta. Todas as Secções Regionais tiveram acções de formação e esse é um mérito que só pode caber aos Secretariados que trabalharam.

As acções de formação, ao contrário do que se possa pensar, não são um custo mas sim um investimento. Fidelizam o sócio, dando-lhe a formação que muitas vezes a própria entidade patronal não lhe dá e, sobretudo, mostra que somos um Sindicato que oferece não só a componente sindical mas, também, a formativa.



Entrega de diplomas do 12.º ano

Formação que passou pela informática, contabilidade bancária, fiscalidade, gestão de equipas, gestão de risco na acção comercial, operações bancárias e técnicas de venda, gestão de clientes, língua inglesa e espanhola, direito do trabalho e responsabilidade social das empresas. Com a entrega dos diplomas do 12.º ano aos sócios que estiveram na acção de reconhecimento de competências, completou-se da melhor forma este ciclo, que teve uma vasta oferta para os sócios.

Os números que apresentamos demonstram bem o evoluir da actividade do Pelouro nos últimos dois anos, conseguindo-se mais acções de formação e mais formandos, com menos custos.

Em 2008 realizaram-se 21 acções de formação, em 2009 passamos para 29 e, em 2010, alcançámos o número de 39, contando com 416 formandos em 2008, 483 em 2009 e 668 no ano passado.

As últimas acções de formação foram realizadas no 1.º trimestre deste ano, porque, por ser ano de eleições, não foram programadas para além do mês de Março, ainda que alguns acusassem o Pelouro de fazer "formação a metro". A isso responderam os sócios que frequentaram as acções de formação, preenchendo as turmas no seu máximo, em Beja, Évora, Portalegre, Torres Vedras, Portimão e Setúbal.

Aos formandos que participaram nestas acções, aos formadores que conosco se mantêm ao longo do tempo e aos novos que vão chegando, um agradecimento e um pedido que continuem, pois ainda há muito caminho a percorrer. ■

Futsal

Fase final já começou

Texto: **Rui Santos**

A 35.ª edição do torneio interbancário de futsal vai já na sua fase final, depois de cumpridas as sete jornadas da fase de apuramento nas duas séries de Lisboa, que determinaram como vencedoras as equipas do Team Foot ActivoBank e do GD Santander Totta, que venceram todos os seis jogos que disputaram

A fase de apuramento das equipas lisboetas começou em 21 de Janeiro e estes foram os resultados das últimas quatro jornadas, em cada uma das duas séries de sete equipas:

Série A

4.ª jornada: Team Foot ActivoBank – Potugais, 4-1; CCAM LSL – Adelante, 6-3; Softfinança – BCP FootaMill, 10-2;

5.ª jornada: Adelante – BCP FootaMill, 6-2; Portugais – CCAM LSL, 4-3; Team Foot ActivoBank – Fapoc, 3-1;

6.ª jornada: Fapoc – CCAM LSL, 3-0; Portugais – BCP FootaMill, 8-3; Team Foot ActivoBank – Softfinança, 7-1;

7.ª jornada: Fapoc – BCP FootaMill, 4-1; Team Foot ActivoBank – CCAM LSL, 7-1; Adelante – Softfinança, 3-0.

Série B

4.ª jornada: GD Santander Totta – Team Cota, 4-1; Montepio Serviços Sociais – Red Team, 4-4; Clube GBES – Multinhos, 10-1;

5.ª jornada: Montepio Serviços Sociais – Magníficos, 2-0; Team Cota – Multinhos, 3-1; GD Santander Totta – Red Team, 6-2;

6.ª jornada: Montepio Serviços Sociais – Team Cota, 4-0; GD Santander Totta – Magníficos, 3-1; Clube GBES – Red Team, 5-3;

7.ª jornada: GD Santander Totta – Multinhos, 4-3; Clube GBES – Magníficos, 4-2; Team Cota – Red Team, 2-2.

Classificações

Após a realização de todas as sete jornadas desta fase de apuramento, as equipas do Team Foot ActivoBank e do GD Santander Totta garantiram o pri-



meiro lugar, só com vitórias e com maior destaque para a primeira, que fez 41 golos nos seis jogos disputados.

Estas são as classificações finais da fase de apuramento:

Série A: 1.ª Team Foot ActivoBank, 18 pontos; 2.ª Fapoc, 16; 3.ª Portugais, 14; 4.ª CCAM LSL, 10; 5.ª Adelante, 10; 6.ª Softfinança, 10; 7.ª BCP FootaMill, 6;

Série B: 1.ª GD Santander Totta, 18 pontos; 2.ª Clube GBES, 15; 3.ª Montepio Serviços Sociais, 13; 4.ª Team Cota, 12; 5.ª Red Team, 10; 6.ª Magníficos, 8; 7.ª Multinhos, 8.

Agriteam vence nos Açores

Também em Angra do Heroísmo chegou ao fim a fase de apuramento açoriana, com a vitória dos Agriteam.

O apuramento de Ponta Delgada contou com a participação de quatro equipas, que se defrontaram entre si, a duas voltas, tendo sido esta a classificação final: 1.ª Agriteam; 2.ª Banif; 3.ª Bac United (BES Açores); 4.ª BCP.

Depois, em 26 e 27 de Março, na Ilha Terceira, realizou-se a fase inter-ilhas, com estes resultados nas meias-finais: Agriteam – Os Ilhéus, 3-1; Os Económicos – Os Pelicanos, 6-1.

Os vencedores disputaram a final, que os Agriteam viriam a vencer, por 1-0,

com golo de Rúben Andrade, ainda no primeiro tempo.

Fase final já começou

Entretanto, a fase final do torneio já começou, no passado dia 26, com a realização dos seis jogos da primeira eliminatória, que forneceram estes resultados:

Team Foot ActivoBank – Dreable Team (Évora), 6-0; Uniteam (Setúbal) – Craques da Bola (Tomar), 5-2; Fapoc – Montepio (Évora), 3-1; Clube GBES – Montepio Serviços Sociais, 5-0; GD Santander Totta – Os Tesos (Faro), 11-2; Portugais – Team Cota, 2-0.

Os quartos-de-final tiveram lugar no passado dia 2, para apurar os quatro semi-finalistas. E estes foram os resultados: Clube GBES – Portugais, 2-1; GD Santander Totta – Fapoc, 4-0; Team Foot ActivoBank – Uniteam, 5-0; Agriteam (Açores) – Banif Madeira, 3-2.

As meias-finais tiveram lugar no passado Sábado, com os jogos Team Foot ActivoBank – Agriteam e GD Santander Totta – Clube GBES, sendo este considerado como uma autêntica final antecipada. E a eles nos referiremos no próximo número da revista “O Bancário”, estando a final marcada para 8 de Maio, no Crato. ■

Convívio dos trabalhadores da ex-Sociedade Financeira

O colega Fausto Figueiredo, antigo trabalhador da ex-Sociedade Financeira Portuguesa, tem sido, ao longo dos tempos, contactado por muitos colegas de trabalho, para a promoção de um almoço de convívio dos antigos trabalhadores daquela Instituição.

Embora consciente que os “sobreviventes” daquela época heróica já não serão muitos, a ideia vai ser posta em marcha e num restaurante da Rua Duque de Palmela, a artéria onde funcionava então a SFN.

Assim, os antigos trabalhadores da ex-SFP vão juntar-se num almoço de confraternização, a realizar em 6 de Maio, no referido local. As inscrições devem ser feitas, quanto antes, para Fausto Figueiredo, pelos telefones 217 786 808 ou 969 996 606, ou para afaf.314@gmail.com

Comissão Permanente aprova Relatório e Contas de um ano com grande perturbação laboral

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

"Não será demais lembrar que o ano a que se refere o presente Relatório foi de grande perturbação laboral, particularmente no que ao sector bancário diz respeito" – assim começa o documento introdutório da Direcção, aprovado pela Comissão Permanente do Conselho Geral em 31 de Março



Com efeito, os Sindicatos foram confrontados em 2010 com o não pagamento do acordo subscrito com a Associação Portuguesa de Bancos, relativamente à actualização salarial no BPN, e à redução de remunerações impostas pelo Orçamento do Estado, que atingiu os trabalhadores da CGD, do BPN, do BdP e do IFAP, e que exigiu que o SBN, em conjunto com os seus congéneres, desencadeasse acções extraordinárias, no sentido de exigir o cumprimento dos acordos assinados.

Foi, ainda, o ano em que os trabalhadores da Credibom enfrentaram um processo de despedimento colectivo, que a intervenção do SBN e dos seus congéneres evitou que fosse concretizado à margem da lei e dos acordos existentes no sector, com o acompa-

nhamento do nosso Contencioso. Mas foi também o ano da fusão do Totta IFIC no Santander Totta, processo que exigiu o acompanhamento dos serviços de Contencioso na transição e no enquadramento daqueles trabalhadores, no respeito pelas convenções existentes no sector.

Foi, por outro lado, o ano da assinatura do acordo tripartido que permitiu a integração dos cerca de 40 mil bancários no activo, inscritos na Cafab e admitidos antes de 3 de Março de 2009.

Por outro lado, no âmbito do plano da Direcção foi ainda concretizado o objectivo de continuar a reduzir os gastos em todos os centros de custos existentes no SBN – atente-se ao caso do Centro de Férias de Quinta de Pais, agora alvo de um processo de exploração dos respectivos espaços, que até então consumia cerca de 70 mil euros anuais do orçamento do Sindicato.

Entretanto, a Direcção salienta ainda a intervenção realizada nas instalações da Comissão Sindical de Reformados, de forma a permitir que um maior número de colegas pudesse ter passado a usufruir daqueles espaços.

No domínio da saúde, a Direcção salienta o alargamento das convenções com as entidades clínicas, proporcionando uma maior cobertura de serviços nas várias regiões, bem como a introdução de novos meios auxiliares de diagnóstico no posto clínico de S. Brás.

Facto também de assinalável relevância foi a extensão do atendimento nas urgências a algumas entidades com quem os SAMS já tinham acordos, mas agora sem que os beneficiários tenham de dispor, de imediato, de qualquer pagamento, que é feito a posteriori e pelo montante correspondente aos encargos dos utentes. ■

A análise dos números

TEXTO: PEDRO VAZ*

Dos documentos aprovados sobressai o facto de o resultado líquido consolidado do SBN, no exercício em apreço, ter sido positivo, em 1,194 M €.

A Actividade Sindical, com um resultado líquido negativo de aproximadamente 325 mil €, foi a única unidade de exploração a contribuir negativamente para a formação destes valores. No decurso da apresentação das contas deste exercício, a Direcção justificou este fraco desempenho económico-financeiro com as seguintes razões: a realização da Assembleia Geral Eleitoral extraordinária

para a Delegação de Aveiro, o aumento registado na rubrica das remunerações dos Órgãos Sociais, a contabilização de uma perda por imparidade resultante da diferença registada como capital subscrito na MACIF PORTUGAL, e as correcções de exercícios anteriores produzidas (resultantes de quotizações da UGT de 2009).

Ora, em termos consolidados, e ao nível dos rendimentos, foram recebidos 32,134 M €, a título de quotizações e contribuições, valor que representa 63,72% do total dos rendimentos. Comparativamente com o exercício anterior, registou-se uma diminuição de 172.792 €,

ou seja, o equivalente a uma variação de -0,53 %.

Por sua vez, o valor do débito efectuado à ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, resultante do acordo celebrado com o Ministério da Saúde a 6 de Outubro de 1999, pela prestação dos cuidados de saúde aos beneficiários dos SAMS, ascendeu a 13,595 M €.

Os rendimentos resultantes das actividades de âmbito clínico (que incluem os valores provenientes da venda de senhas de consulta, de análises clínicas, de actos médicos internos e de

penalizações por falta a consulta, entre outros) cifraram-se em 991.823 €.

No que se refere aos gastos, verifica-se a predominância da despesa com a atribuição de comparticipações, representando um peso de 68,71% no seu total, cifrando-se esta rubrica em 33,832 M €.

Face ao exercício anterior, as rubricas de comparticipações que registaram uma maior variação, em termos absolutos, foram as seguintes: assistência medicamentosa (-1,070 M €), consultas médicas (-255 mil €), assistência hospitalar - internamentos (+378 mil €) e meios auxiliares de diagnóstico (+205 mil €).

Seguindo as boas práticas contabilísticas, o SBN considera apenas em gastos com o pessoal as verbas despendidas com os órgãos estatutários e com o pessoal vinculado à Instituição através de contrato individual ou colectivo de trabalho, enquanto os honorários pagos a trabalhadores independentes são considerados como serviços externos, classificados portanto em FSE. Ora, se considerarmos ambas as rubricas, constatamos que estas ascendem a 7,54 M €.

No decurso deste exercício, os Corpos Gerentes procuraram actuar em algumas áreas da despesa, razão pela qual, e ao nível dos fornecimentos e serviços externos, se conseguiram obter as seguintes reduções: comunicação (-58.567 €), honorários (-53.074 €), material de reprografia (-16.058 €), deslocações e estadas (-10.760 €), ferramentas e utensílios de desgaste rápido (-8.191 €) e água (-2.200 €).

No desenrolar da apresentação das contas deste exercício, a Direcção aproveitou igualmente para salientar o bom desempenho económico-financeiro obtido na área dos SAMS, com o Regime Geral a alcançar um resultado líquido de 801 mil € e o Fundo Sindical de Assistência cerca de 653 mil €.

Assim, e no que se refere aos SAMS, a Direcção destacou o facto de terem sido prestados internamente (nos vários Postos Clínicos) 188.270 actos, referentes a 77.735 consultas, 40.949 exames (M.A.D.), 1.123 pequenas cirurgias, 40.428 tratamentos e 4.680 próteses dentárias.

No que se refere à loja de óptica, há a destacar o volume de negócios alcançado, na ordem dos 934 mil euros, montante que supera os valores registados nos últimos exercícios. A política de alargamento da prestação deste serviço aos Postos Clínicos dos SAMS com maior dimensão, tem contribuído para esta tendência, assumindo especial destaque o posto avançado de ven-

das de Aveiro que atingiu um volume acumulado de vendas de 51 mil euros.

A Direcção realçou igualmente a manutenção do razoável nível de rentabilidade, liquidez, alavanca financeira e risco do SBN.

De facto, o rácio de liquidez geral foi de 2,23, revelando a existência de uma elevada capacidade para honrar os compromissos de curto prazo do SBN. Por sua vez, a rentabilidade dos capitais próprios foi de 4,28%, valor que sendo inferior ao obtido nos últimos exercícios, continua dentro do intervalo considerável como razoável para o efeito.

Constatou-se igualmente que o SBN está a ser alavancado pelos capitais alheios, tendo a autonomia financeira decrescido para os 42,44%.

Em termos da estrutura do endividamento, verifica-se que este é sobretudo de longo prazo, o que se traduz em situações de menores constrangimentos na tesouraria da Instituição.

Verificou-se igualmente que os capitais permanentes assumiram uma maior importância no financiamento do Imobilizado (em 2010 este indicador era de 3,51), o que equivale a afirmar que os investimentos continuam a ser financiados por capitais de longo prazo.

No que se refere ao rácio activo circulante/activo total, este foi de 81,98%, tendo sofrido um ligeiro incremento face ao verificado nos anos anteriores, em resultado do aumento do montante das disponibilidades e da dívida da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS).

Em suma, os resultados obtidos, em termos económicos e político-sindiais, foram encarados, por parte da Direcção, de uma forma moderadamente optimista, tendo sido percepcionados como um importante instrumento para a concretização dos objectivos constantes no programa de acção deste mandato, oportunamente apresentado a sufrágio.

*Director do Dep. Adm. e Financeiro

Desagregação do resultado líquido apurado no Exercício de 2010

Estrutura Consolidada	1.193.574 €
Actividade Sindical	-324.450 €
Regime Geral	801.090 €
Fundo Sindical Assistência	653.455 €
Loja de Óptica	63.479 €

Evolução dos principais indicadores de rentabilidade e de liquidez

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Liquidez Geral	1,66	1,99	2,50	2,00	2,26	2,41	2,23
Liquidez Reduzida	1,63	1,96	2,47	1,98	2,25	2,40	2,22
Liquidez Imediata	0,29	0,44	0,71	0,29	0,60	0,39	0,51
Rentabilidade Financeira (ROE)	34,86 %	20,52 %	22,49 %	7,33 %	16,85 %	12,79 %	4,28 %



SBN prepara 1.º de Maio

Texto: **TEIXEIRA GUIMARÃES**



Mário Mourão, Presidente da Direcção, dirigiu a reunião da estrutura sindical

A Direcção do SBN reuniu a sua estrutura sindical – comissões sindicais de delegação e de empresa –, para organizar a participação nas actividades do 1.º de Maio.

Mais uma vez este ano, caracterizado por grande instabilidade no mundo laboral, o SBN vai incorporar a manifestação organizada pela UGT, que se realizará em Lisboa.

Queremos que este seja um dia de festa e, ao mesmo tempo, uma jornada de luta, em que possamos livremente exprimir o nosso desagrado pela forma como os trabalhadores em geral – e os bancários em particular – têm sido tratados pelas entidades patronais, nomeadamente os reformados, que mais têm sido atingidos pelo aumento da carga fiscal.

Este ano iremos proporcionar aos nossos associados um fim-de-semana diferente, pelo que apelamos que todos participem na próxima manifestação do 1.º de Maio.

Para o efeito, solicitamos que, com a maior brevidade, contactem as comissões sindicais de delegação e de empresa, fazendo a inscrição para participar nesta jornada. ■

Exposição “Natureza” até 4 de Maio



J. Viana Bastos



José Cerqueira

“O natural também é pose”
(Oscar Wilde)



Fernando M. Castro

Uma exposição subordinada ao título “Natureza” é a próxima iniciativa levada a cabo pelo Núcleo de Fotografia do Sindicato dos Bancários do Norte.

O evento estará patente até 4 de Maio, na Rua Conde de Vizela, 145, todas as Quartas e Quintas-feiras, das 15 às 17.30 horas.

Seminário da UGT - Coimbra

Primeiro emprego: expectativas e frustrações

Textos: **SEQUEIRA MENDES**



O Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT) defendeu, em Coimbra, o reforço do papel dos Centros de Emprego públicos no ajustamento entre a oferta e a procura de trabalho. “Cada vez mais os Centros de Emprego públicos têm de dar respostas de ajustamento entre a oferta e a procura”, afirmou.

João Proença intervinha no seminário “Primeiro emprego, expectativas e frustrações”, que decorreu sob iniciativa da UGT - Coimbra e do Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social (IPCDVS) da Universidade de Coimbra.

Na sua óptica, deve ser “reforçado o papel” destas estruturas, “para que os desempregados sintam que não estão abandonados, que os Centros de Emprego os podem ajudar” na sua colocação. “Os Centros de Emprego têm de ter as ofertas das empresas e antecipar as necessidades para ir preparando a resposta”, frisou ainda o líder da UGT.

Ao intervir no seminário, Eduardo Santos, coordenador científico do IPCDVS da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, considerou que o desemprego jovem “é um tema preocupante, fracturante” da sociedade portuguesa.



“Os nossos melhores jovens não estão a ser aproveitados, todo aquele potencial está a ser desaproveitado. Há modelos para estudar isso, o poder político devia recorrer ao mundo académico”, salientou.

Para o Presidente da Associação Académica de Coimbra, Eduardo Melo, aos jovens “não interessa entrar em guerras geracionais”, mas sim afirmarem-se como “sector da sociedade que quer ajudar a construir um país mais desenvolvido”.

“Uma década de atraso”

O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional afirmou que, “no deve/haver das crises, a história ensina-nos que há sempre saldo positivo”. Valter Lemos declarou ainda que “o problema do desemprego é mais qualitativo que quantitativo” e lamentou que Portugal tenha chegado “com uma década de atraso à globalização da educação”. ■

Conferência de Amadeu Carvalho Homem

Os símbolos da República nos 75 anos do SBC

TEXTO: VASCO GARCIA



Sabia que o hino português nem sempre teve a letra igual à que conhecemos hoje em dia? Que em vez de “contra os canhões” se dizia “contra os bretões”? Ou que Bissaya Barreto, muito conotado com Salazar e com o Estado Novo, foi um dos principais rostos da República, em Coimbra?

Estas foram apenas algumas das curiosidades desvendadas por Amadeu Carvalho Homem durante a conferência “Os símbolos da República”, realizada no Café Santa Cruz e inserida nas comemorações dos 75 anos do Sindicato dos Bancários do Centro (SBC), promovida pelo Departamento dos Tempos Livres, coordenada e organizada, superiormente, pelo Dr. A. Castelo Branco, nosso associado, colaborador e responsável pelo sector cultural daquele departamento.

Segundo o historiador, o ultimato inglês de 1890, que exigia a retirada imediata das forças militares portuguesas do território compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola, foi preponderante para a revolução republicana.

A concessão de Portugal às exigências britânicas foi vista como uma “humilhação” nacional pelos republicanos portugueses, que acusaram o governo e o rei D. Carlos I de serem os seus responsáveis, recordou Amadeu Carvalho Homem. Esta humilhação só veio dar mais



força aos que queriam acabar com a monarquia e inspirou a letra do hino nacional. É que, na versão original de “A Portuguesa”, era cantado “contra os bretões marchar, marchar” e não contra os canhões, como hoje se diz.

Outro dos símbolos que ficaria ligado à República é o barrete frigio. Já nos tempos que antecederam o 5 de Outubro de 1910, o barrete – ligado também à revolução francesa e aos ideais liberais – era utilizado com as cores que viriam a ser as da bandeira nacional: o verme-

lho, cor combativa e quente, é a cor da conquista e do riso. Uma cor cantante, ardente, alegre. Lembra o sangue e incita à vitória; o verde, cor da esperança e do relâmpago, significa uma mudança representativa na vida do País.

No entanto, a escolha das cores e da composição da bandeira não foi pacífica, tendo dado origem a acasas polémicas e à apresentação de várias propostas, recordou o docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Os seus autores – o pintor Columbano Bordalo Pinheiro, o jornalista João Chagas, o escritor Abel Acácio de Almeida Botelho, o capitão de artilharia José Afonso Pala e o Primeiro-Tenente da Marinha António Ladislau Parreira – naturalmente inspiraram-se nas bandeiras dos centros republicanos e das sociedades secretas que tinham contribuído para o êxito da revolução.

Em Coimbra, a revolução foi “pacífica” e teve, curiosamente, em Bissaya Barreto um dos seus principais rostos. Era “um grandessíssimo republicano”, destacou Amadeu Carvalho Homem.

A sessão encerrou com uma breve intervenção do Presidente da Direcção do SBC. Carlos Silva aproveitou a ocasião para destacar que o Sindicato “não é só números” e que a cultura faz também parte do dia-a-dia da Instituição. ■

Visita às amendoeiras em flor

TEXTOS: SEQUEIRA MENDES



Com muito entusiasmo, muita chuva e algumas surpresas, o SBC organizou uma viagem às amendoeiras em flor no passado dia 26. A primeira etapa foi em Foz Côa, onde teve lugar o almoço, um belo repasto, diga-se, que teve lugar num conhecido e afamado restaurante da região, tendo comparecido à chamada 55 associados, oriundos dos distritos de Coimbra, Leiria e Viseu.

Foz Côa e o seu concelho são conhecidos pela grande abundância de amendoeiras, cujo clima de tipo mediterrânico é bastante favorável ao desenvolvimento desta planta e nesta altura do ano oferece grandes paisagens que deleitam quem as observa.

Estava na hora de partirmos em busca das amendoeiras, o que fizemos logo após o almoço, mas a chuva abundante com que S. Pedro nos brindou frustrou, até certo ponto, esse objectivo, que foi compensado com uma surpresa de última hora: uma visita monumental à Casa do Douro, com uma excelente prova de vinhos, alguns com mais de dez



anos, cujo anfitrião, o colega Manuel António, Presidente desta centenária casa e ex-Presidente do SBN, não se poupou a esforços para que todos os visitantes ficassem a conhecer melhor os pergaminhos duma Instituição que tem como principais objectivos o desenvolvimento e a promoção da Região Demarcada do

Douro e dos seus vinhos, bem como a defesa dos interesses dos cerca de 40.000 viticultores, seus associados.

Regressámos ao fim do dia, com muita satisfação de todos, convencidos que este tipo de viagens curtas e bem programadas são do agrado geral dos associados. ■

Campeonato de pesca de mar já começou

A primeira prova de pesca de mar realizou-se em 19 de Março, em Peniche.

O denso nevoeiro, que acompanhou o raiar do dia, veio a dissipar-se, dando origem a uma bela jornada de convívio e competição.

O sol acabou por surgir, o mar estava razoável para a prática da modalidade, com as ondas a rondarem os 2/2,5 metros, a temperatura era de Primavera e o peixe do mar de Peniche não faltou, pelo menos à grande maioria dos cerca de vinte associados inscritos.

A luta pelo 1.º posto foi bastante disputada, entre os colegas Cascão, do BES/Coimbra e o inevitável Vítor Malheiros, do BCP/Peniche.

A prova disputou-se entre o Alto da Vela e a célebre Papoa, tendo as capturas sido essencialmente compostas por tainhas e salemas.

Após as pesagens e a elaboração da classificação, veio a decorrer o já famoso piquenique, no pinhal da Serra del Rey, onde, por entre várias iguarias e bons vinhos, se estabeleceu mais uma jornada de franco convívio e amizade.



1º Prémio - SBSI

Dança coriça



Rui Martins

1º Prémio - STAS

Marca Passageira



João Sales

Sob a égide da UNI,
dirigentes sindicais
de 58 países manifestaram-se
no Estoril contra
a economia de casino

